



I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: *Linguagens e Leituras*
III Encontro Nacional da Cátedra UNESCO de Leitura
VII Encontro Local do PROLER
UESC - ILHÉUS - BA/ 14 A 17 DE OUTUBRO 2009

LEITOR, LEITURAS E REPRESENTAÇÕES EM “AQUARELAS”

Nelson de Jesus Teixeira Júnior¹
Patrícia Kátia da Costa Pina²

Resumo: Essa comunicação busca, por meio da análise de algumas crônicas da série “Aquarelas” que circularam na década de 59 do século XIX – datadas de 25 de setembro e 16 de Outubro – perceber a ação leitora do narrador enquanto “leitor contraventor” que transgride a forma de leitura padrão, linear e irreflexiva, que era exercida por parte da burguesia decadente, para dialogar com o leitorado da época e construir novas representações acerca de si, do outro e de seu entorno. O objetivo desse estudo configura-se em entender como a leitura pode ser inserida na narrativa oitocentista a partir da ação do narrador em exercer sua função de cronista e, ao mesmo tempo, leitor. Trata-se de um estudo bastante importante por retomar o valor desse tipo de narrativa que circulava via jornalismo impresso no espaço do dezenove brasileiro. Essa comunicação será elaborada a partir da análise de fragmentos dessas narrativas machadianas à luz de textos teóricos que versam sobre a temática e, ainda, por meio da análise das estratégias discursivas que apontam para assuntos lidos de forma contra-hegemônica pelo cronista. A fundamentação teórica desse presente estudo interdisciplinar se dará por meio de teóricos como Iser, Jauss, Said, Bhabha, etc. Espera-se com esse estudo, entender a leitura enquanto constructo que viabiliza a elaboração do texto e o diálogo com o interlocutor.

A presença da ideia de imperialismo permanente, que, enquanto discursos hegemônicos, aprisiona, disciplina e permanece em vigor e uso na constituição (ou, talvez, reificação) do outro, era bem presente no século XIX do Brasil. Em plena efervescência política no Rio oitocentista, o narrador leitor em algumas narrativas machadianas circuladas no periodismo não apenas percebe essa forma de imperialismo,

¹ Graduado em Letras (2008) pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus - BA) e Mestrando, também em Letras, pela mesma universidade. Atualmente é Bolsista da CAPES e participa do grupo de Pesquisa História da Literatura e História da Leitura. E-mail: j-nelson2004@ig.com.br

² Doutora em Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000). Professora adjunta de Literatura Brasileira da Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, onde desenvolve projeto de pesquisa relacionado às questões sobre leitor e leitura, bem como à literatura. E-mail: dacostapina@gmail.com

como também combate tais discursos hegemônicos, relendo-os de forma diferente da convencional, o que nos faz considerá-lo um “*leitor contraventor*”³.

Os textos ficcionais sobre os quais refletiremos fazem parte da série de crônicas “Aquarelas”, que circulavam pelo periódico oitocentista “O Espelho”, durante a década de 1859. Essas narrativas construíam diversas estratégias discursivas para ampliar o público de leitores, isso através, principalmente, da atualização acerca do cotidiano que os periódicos possibilitavam aos seus leitores. Estudaremos, em especial, as crônicas datadas de **25 de setembro de 1859** e **16 de Outubro de 1859**.

Iniciando a análise de nossa primeira crônica da série “Aquarelas”, datada de **25 de setembro de 1859**, o narrador machadiano traz como assunto a lenda do marinheiro batavo que lutou bravamente no mar. Por ser um assunto histórico, pois tratava-se de uma tentativa de invasão holandesa à Bahia, em que envolvia a França, Holanda e outros países baixos, o narrador re-discute algumas páginas da “história” do povo brasileiro, o que convida o leitor em questão a fazer algumas relações entre a história nacional e suas simbologias.

Antes de partirmos para a leitura dessa narrativa, vale pensar um pouco acerca dessa tradição do marinheiro batavo, a qual traz de forma intrínseca a ideia de posse e de honrarias àquele que invadiu nossa terra. Logo, a permanência dessa lenda implica numa continuidade desse passado colonialista (desconsiderando o presente) em que o discurso hegemônico ocidental via as terras brasileiras sempre abertas ao colonizador. Sobre essas tradições, em sua grande maioria eurocêntricas, vale lembrar que: “[...] em muitos países, e por vários motivos, praticou-se entusiasticamente a invenção de tradições [...]” (HOBSBAWM, 2002, p. 271). As tradições sugeridas por esse teórico possibilitam-nos aplicar ao caso específico do Brasil oitocentista, pois, no caso da narrativa machadiana, trata-se de uma lenda de revisitação e consagração do passado colonial sobre o presente, presente esse que buscava uma identidade nacional, o que confere maior importância ao tipo de leitura realizada pelo narrador leitor desse texto.

Não podemos deixar de lembrar que a tradição do marinheiro batavo termina construindo a alteridade acerca do outro, nesse caso, do invasor europeu enquanto “trabalhador” que vem “ensinar” as comunidades distantes da “civilização” do velho mundo a “civilizar-se”, reificando com isso a figura do trabalhador local a um ser “aculturado” e necessitado de “boas condutas”, ainda que custe sua liberdade. Sobre essa ideia de apossar-se da “autoridade” enunciativa de falar e pensar pelo outro, Levinas (1997) entende que:

A idéia do individuo que se ergue imperiosamente, se emancipa e confere sentido subjetivo, fundamento auto - fundador, tal idéia tornou-se precária. É preciso repensar a razão, a inter - subjetividade e, nesta, a alteridade. (LEVINAS, p. 10, 1997).

Assim, pensar em si e no outro num plano dicotômico, ou mesmo de hierarquização, não condiz nem hoje e nem ontem para o processo de reflexão sobre a condição humana na construção de suas representações. E essa parece ter sido a ideia de alteridade entendida pelo cronista machadiano ao repensar seu lugar e o lugar do outro, construindo novas representações.

No primeiro trecho escolhido para a análise, o narrador cita as desventuras no mar vividas pelo marinheiro batavo, convidando, como provocação à memória coletiva,

³ Entendo “leitor contraventor” como aquele introjetado no texto ficcional que exerce uma forma de leitura que transgride à padrão, a qual na época era exercida por parte da burguesia decadente e tinha um traço irreflexivo sobre si, o outro e seu habitat.

a que se lessem os feitos que eram atribuídos a esse marujo, o qual era desenhado como um herói mitológico que lutou contra o oceano, venceu os elementos cósmicos adversos e, como Vasco da Gama, cantado por Camões, passou pelo cabo das tormentas:

Aproximava-se do cabo tormentoso, onde o mar parece abrir uma porta do inferno. Aí, levado pelas convulsões terríveis da água embravecida, e pelo rebentar furioso da tempestade, naufragou. Só sobre os destroços de seu navio, Mário do mar, sobre ruínas de uma Cartago ambulante, tentou, com a pertinácia que caracteriza os filhos de sua pátria, atravessar aquele cabo tão celebrado por Camões. (ASSIS, 1970, p. 41).

No fragmento acima, o narrador constrói o parágrafo a partir do que era dito (oral ou escrita) sobre essa figura que, segundo alguns escritos, invadiu a Bahia. Essa forma de olhar-se como herói e ser civilizatório e, por outro lado, enxergar o outro como seres menores que precisam “constantemente” da intervenção das sociedades “mães” detentoras das boas novas é típica de grande parte do ocidente europeu.

O que parece ser uma revisitação ao consagrado, em trechos posteriores, o narrador machadiano fará sua leitura acerca desse lendário invasor, conduzindo o leitor oitocentista carioca a duvidar até mesmo daquilo que é consagrado e pode virar (ou já virou) mito. Por isso, antes de fazer a leitura crítica desse fato, o narrador traz para a lembrança do leitor os acontecimentos “míticos” que rodeiam essa figura descrita na narrativa, para logo em seguida colocá-los no espaço da dúvida e possível “diluição”.

A importância do tipo de leitura realizada pelo narrador machadiano sobre esse assunto do marinheiro batavo se deve pelo fato de que: “[...] a hegemonia da ideologia imperial [...] no final do século XIX havia se entranhado totalmente nos assuntos de culturas [...]”. (SAID, 1995, p. 43). Logo, a *leitura contraventora*, nesse caso, se configurava como um discurso contra-hegemônico que viabilizava aos leitores cariocas do oitocentos, possibilidades múltiplas de não apenas perceber esses discursos eurocêntricos, como também construir os seus próprios discursos acerca de si e de seu entorno.

Mesmo essa crônica tendo um teor de epopéia, o que não implica ser uma prática de leitura consagrada de visitaçã simplista ao clássico e mitológico, o narrador machadiano não abre mão da velha e recorrente ironia, agora bem mais discreta, ao deixar suspensa sua leitura da história do lendário marinheiro batavo: “É opulenta de pensamento e de relevo a lenda batava, apesar de não ser original.” (ASSIS, op. cit., p. 42). O narrador, ao colocar em questão essa lenda, ele conduz ao espaço da dúvida todos esses “mitos” que consagravam o invasor como único detentor do poder e da representação “maior” do povo e, especificamente nesse texto, essa falta de originalidade citada se dá pela grande relação entre vários feitos já presentes em obras literárias como a de Camões, Gonçalves Dias e, também, no imaginário coletivo, tendo em vista que essa história tem um caráter oral. O ato do narrador em tirar o *status quo* da lenda e “redistribuir” o canto desse feito a outras fontes já nos aponta para a construção de outras representações acerca de si mesmo e de seu entorno.

Em outra crônica de Machado de Assis, agora datada de **16 de Outubro de 1859**, o narrador machadiano inicia o texto trazendo para o leitor um traço da antiguidade, o ato de mumificar cadáveres. O que poderia ser apenas uma maneira estilística de estabelecer diálogo entre o antigo e o moderno, o narrador convida o leitor a fazer questionamentos do que essa referência tem a ver com seu cotidiano, visto que as crônicas dialogavam (e ainda dialogam) com o seu tempo presente:

Os egípcios inventaram a múmia para conservarem o cadáver através dos séculos. Assim a matéria não desaparecia na morte; triunfava dela, do que temos alguns exemplos ainda. Mas não existiu só lá esse fato [...]. (IDEM, p. 27).

Nesse fragmento, o narrador convida o interlocutor a estabelecer diálogo com a antiguidade e, por mais que esse leitor não saiba, tecnicamente e/ou simbolicamente, em que se trata essa atividade, ele saberá que o trecho em questão convida-o a pensar que em seu próprio *habitat* a mumificação enquanto ato de preservação – talvez de privilégios, de representação ou de status – ainda é recorrente.

Nesse mesmo parágrafo do texto machadiano em discussão, é citada a figura do funcionário público como um ser que não se afasta por completo de suas ideias, funções e responsabilidades. E, se entendermos que nas décadas iniciais do oitocentos brasileiro foi realizado no país um grande movimento artístico, social e político em torno da construção do nacional no país, uma espécie de “cruzada nacional pelo nacional”, entenderemos esse funcionário público como um tipo de “modelo antiquado” do poder local que, mesmo “afastado”, apenas “vendo” a república construir outras formas de ver a si e o outro, ainda preservava alguns de seus traços nesses novos ares carioca.

Em outro parágrafo dessa narrativa, o cronista amplia as discussões sobre esse funcionário público, enxergando-o como uma figura metafórica que representa bem o pensamento arcaico de reprodução e permanência que terminava reificando a identidade nacional a um mero reflexo do outro, a saber, França, Portugal... Esse jogo duplo em torno do funcionário público permite ao leitor ampliar sua leitura acerca desse ser que era figura fácil no espaço fluminense, já que a ideia de estado como um poder patriarcal e inquestionável que habitava o olimpo da autoridade afastava as pessoas “comuns” de possíveis questionamentos acerca de seu próprio espaço de habitação e, nesse caso da narrativa, o narrador questiona isso por meio da representação desse espaço sagrado ocupado pela figura do funcionário público:

Reforma é uma palavra que não se diz diante do empregado público aposentado. Há lá nada mais revoltante do que reformar o que está feio? Abolir o método! Desmoronar a ordem! [...] o empregado público aposentado [...] Representa o lado cômico das forças retroativas [...]. (ASSIS, op., cit, p. 28).

O narrador discute, também, a aversão que a figura pública do aposentado tem à mudança, posto que o novo (segundo o olhar colonizador) traz um risco “incalculável” justamente por não saber suas implicações, então, nada mais cômodo que continuar com as velhas tradições, as mesmas regras, as mesmas fontes e as antigas representações quando tudo isso resulta na passividade do “mesmo”.

Esse tipo de “*leitura contraventora*”⁴ realizada no texto permitia ao interlocutor oitocentista ampliar seus *horizontes de expectativa* durante a leitura, o que podemos entender que esse narrador machadiano acabava construindo novos perfis de leitores, aqueles que questionavam as regras de seu *habitat* e buscavam outras formas de ver e construir o espaço de habitação.

⁴ Mesmo tendo especificado sobre o leitor contraventor em outra nota, considero pertinente refletir sobre a forma de leitura desse tipo de leitor, até porque, usei esse termo em parágrafos anteriores a esse e posso usá-lo mais a frente. Penso a leitura contraventora não como um modelo, mas como a ação imaginária desse interlocutor inserida no texto que, desconstruindo o discurso hegemônico do outro sobre si e seu entorno, ampliam-se as possibilidades de intervenção do leitor por meio de seu imaginário.

Assim, essa ação do narrador possibilita-nos pensar sua atividade leitora como bidimensional, numa via de mão dupla, haja vista que não apenas demonstra sua forma de intervenção como também provoca no leitor diversas possibilidades de leituras. Além disso, ao discutir acerca do caráter de ação, construção e reformulação, exposto na ideia de relacionar jornal e verbo, o narrador convida a uma leitura reflexiva sobre o lugar do leitor enquanto esse ser que se reconstrói e constrói, também, o seu espaço de significação. O que nos faz pensar em Iser (1999) quando afirma que: “[...] o leitor reage a algo que ele mesmo produzira, e este modo de reação explica por que somos capazes de experimentar o texto como evento real.” (ISER, 1999, p. 45). Portanto, nas narrativas da série “Aquarelas”, o narrador se apresenta enquanto um leitor que convida outros leitores a recriar-se e criar o espaço carioca do dezenove brasileiro, isso desconstruindo o discurso hegemônico ocidental ainda operante e usado no cenário brasileiro, revisitando o consagrado e, por fim, abrindo caminhos para outras representações e leituras possíveis aos interlocutores oitocentistas.

Referências

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1970, V. 1 e 2.
- HOBBSAWM, E. J. RANGER, T. O. (Terence O.). **A Invenção das tradições**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético** – vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LEVINAS, Emmanuel. **Entre nos: ensaios sobre a alteridade**. Petropolis: Vozes, 1997.
- SAID, Edward W.; BOTTMAN, Denise. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.